

REGIME MILITAR: MODOS DE CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS E DE INTERDIÇÃO DOS SENTIDOS

Genilson Barbosa do Carmo¹
Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta²

RESUMO: No período de 1964 a 1985, no Brasil, o governo conduziu a nação sob a égide do Regime Militar. Essa época ficou marcada na história do país por distintas práticas, atos institucionais como: a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais e ausência da democracia. De outro lado, os movimentos sociais tomam as ruas, com vista à democracia e fim ao autoritarismo. Neste trabalho, é pela linguagem, à luz da teoria da Análise de Discurso, que buscamos compreender, pelo discurso, a cidade como espaço do discurso, das manifestações do político, em prol da democracia. O *corpus* é constituído por textos verbais e de imagens (cartazes e faixas) veiculados em movimentos de rua.

Palavras-chave: Regime Militar. Manifestação. Rua. Cidade.

MILITARY GOVERNMENT: WAYS OF SUBJECTS CONSTITUTION AND INTERDICTION OF SENSES

ABSTRACT: From 1964 to 1985, in Brazil, the government led the nation under the auspices of the Military Regime. This era was marked in the history of the country by different practices, institutional acts such as censorship, political persecution, the suppression of constitutional rights and democracy. On the other hand, social movements take to the streets with the focus of democracy and to an end to authoritarianism. In this research, it is through language, in the light of the theory of Discourse Analysis, that we seek to understand through discourse, the city as a space of discourse, of political manifestations, in favor of democracy. The corpus is constituted of verbal texts and images (posters and banners) conveyed in street movements.

Keywords: Military regime, Manifestation, Street, City.

¹ Mestrado em Linguística (UNEMAT/Cáceres). E-mail: genilsonbarbosa@gmail.com

² Doutorado em Linguística (UNICAMP), docente na UNEMAT/Cáceres. E-mail: analuizart@unemat.br

INTRODUÇÃO

Década de 60, época de grandes acontecimentos mundiais, intelectuais, dentre os quais destacamos os estudos do filósofo M. Pêcheux, com a Análise de Discurso de 69, na França. Mudanças, estratégias políticas. No Brasil, entre 1964 a 1985, a nação vivencia o Regime Militar. Trata-se de um acontecimento político, com distintos confrontos ideológicos. O confronto discursivo entre o povo e a forma de governo, o Regime Militar, eclode às ruas, nas manifestações sociais em prol da democracia. Para dizer sobre essa temática, “o discurso como estrutura e como acontecimento” (PÊCHEUX, 1997, p.16), buscamos os escritos e imagens de cartazes e faixas, provenientes das manifestações de rua da época do Regime Militar.

A cidade incide como o espaço do discurso, do receptáculo das diferentes vozes, dos escritos, do movimento de protesto às ruas. As palavras de ordem no movimento de rua dão o “tom” às manifestações da população.

Para dizer do espaço da rua faz-se necessário compreender, primeiramente, a tessitura da cidade é ela quem possibilita a existência da rua. A cidade, conforme Orlandi (2004), é compreendida como um local de múltiplos efeitos de sentido, de significância política e ideológica. Nesta o sujeito se significa de vários modos, uma vez que a cidade significa e é significada por/para sujeitos. Dessa maneira, todas as determinações que definem um espaço e/ou um sujeito cruzam-se no espaço da cidade. Assim,

[...] no território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômico, histórico. O corpo social e o corpo urbano formam um só. (ORLANDI, 2004, p. 11).

Há, no dizer da autora, algo latente que diz respeito à intrínseca relação entre sujeito e cidade; entendendo que o funcionamento de um está atado ao funcionamento do outro. Dessa maneira, pretendemos compreender a cidade discursivamente, na relação constitutiva do sujeito, da história e da língua. Isto é, como funcionam os sujeitos e os sentidos no espaço da cidade?

Nesse sentido, quando falamos da cidade, numa perspectiva discursiva, pensamos os sentidos que ela (e os sujeitos) produz. Entretanto, ao pensá-la enquanto espaço, pensamos na mobilidade de sentidos, em aglomeração e concentração de pessoas. Isto é, no movimento que dá movimento a cidade. Rolnik (2012), de um ponto de vista da sociologia, ao definir cidade, compara-a com um imã. Segundo a autora, antes mesmo de virar local permanente de trabalho e moradia, a cidade é, na largada, algo que atrai, aglomera, concentra.

Dessa forma, a rua é parte constitutiva da divisão da cidade, de acontecimentos de linguagem. No Brasil, durante o Regime Militar as ruas das grandes cidades tornaram-se o palco de concentração, de aglomeração dos movimentos. Nesse liame, é no espaço *citadino* que os manifestos tomam corporeidade, robustez, que a língua em seu funcionamento joga com o interlocutor, o transeunte, captura-o pelo jogo discursivo.

No Brasil, há movimentos contrários ao Regime Militar, que por sua vez ocupam as vias principais, no espaço urbano das grandes metrópoles. A rua torna-se, conforme Rolnik (*idem*), o imã como aquilo que atrai para os manifestos, aglomera e concentra. O movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes - UNE - nesse período, toma as ruas, porém ir às ruas em movimento significava desordem. Logo, uma das formas de desqualificá-lo era chamá-lo de “baderna”. Essa forma de dizer colocava os jovens em uma posição de irresponsáveis. Deve-se dizer que as manifestações públicas se tornaram

frequentes e concorridas considerando que havia um ideal. Assim, os grupos de estudantes, enquanto entidades legítimas, (embora funcionassem na clandestinidade) sofriam as interpelações políticas e ideológicas do Regime Militar, devido ao posicionamento político e ideológico.

Vejam os textos verbais e de imagens (fig. 01, 02 e 03) o modo como se textualiza nos escritos dos cartazes e faixas, sobretudo, a dispersão do cidadão, no espaço *citadino*. Conforme Orlandi (2002), na história dos estudos da linguagem há uma sobredeterminação da linguística aos estudos da linguagem, como consequência tem-se a sobredeterminação do verbal e o apagamento do não verbal, imagens. A Linguística tomando como ponto de estudo a língua como sistema destituiu um estudo do não verbal. A Análise de Discurso difere da Linguística e toma as diferentes linguagens como materialidade discursiva procurando compreender o seu funcionamento, daí então o *trabalho não só com formas abstratas, mas com as formas materiais da linguagem* tais como imagens, sons, entre outras. Neste trabalho discutiremos os efeitos de sentido de textos verbal e de imagens, conforme seguem nas figuras: (01), (02) e (03).



Fonte: Site Vermelho³ (imagem 01)

³ Disponível em: < http://imagem.vermelho.org.br/biblioteca/a_une_somos_nos58652.jpg> Acesso em Agosto de 2016.

Na imagem (01), disponível no *Site Vermelho*, observam-se os jovens estudantes, em um movimento social da União Nacional dos Estudantes -UNE em protesto ao Regime Militar. O conjunto que compõe a imagem fotográfica do texto verbal e o de imagem, constrói sentidos à posição dos corpos em marcha, olhares, como também o gesto com que empunham os cartazes intervém no real do sentido, na interpretação. Na imagem (01) entrecruza a posição-sujeito, os estudantes, com a formulação: “A UNE somos nós! Abaixo a repressão”.

Observa-se pela disposição das imagens e dos escritos, na materialidade discursiva, o uso do pronome pessoal “nós”. Este coaduna sentidos determinantes a União Nacional dos Estudantes/UNE. Ou seja, a UNE se coloca a mostra, a face à rua. Na rua, no espaço público pluraliza-se o discurso, o acontecimento – “A UNE somos nós! Abaixo a repressão”. Metaforicamente, poderíamos ter – Nós somos a UNE! Abaixo a repressão. Entre a primeira formulação e a segunda, pela sintaxe, base dos processos discursivos, estrutura-se o discurso que toma robustez pelo funcionamento da linguagem (escrita) e de imagem em que a posição-sujeito impunha o cartaz. Não se trata de uma sobreposição, do verbal à imagem, mas de ler considerando as condições de produção, as engrenagens que atravessam as distintas materialidades discursivas. Ou seja, década de 68, no Brasil, a luta pela democracia.

O pronome pessoal “-nós”- pluraliza o acontecimento de linguagem, marca no interior da formulação, a posição do sujeito, aquele que diz que convoca o outro a reagir contra o autoritarismo. Há filiações de sentidos contra a política de Estado que se textualiza nas imagens e no dizer: Abaixo a repressão. Pelos escritos e imagens à rua, década de 68 - 1985, constrói-se, assim, uma trajetória de memória discursiva sobre o que se propaga em meio à cidade, sobretudo, a liberdade de expressão

e a democracia. O discurso de ordem (fig. 01) da UNE refere-se ao - Abaixo a repressão, exigência de direitos à liberdade.



Fonte: Página EBC Notícias ⁴ (fig. 02)

A imagem e a escrita (fig.02) são atravessadas de múltiplos sentidos. Faz pensar o acontecimento político, o chamado dos movimentos sociais de rua. Há sentidos transversos na materialidade discursiva que evoca pensar a relação governo X povo, repressão X liberdade. Podemos observar na imagem (fig.02) uma multidão que se constitui com mais de cem mil pessoas no protesto. O Protesto efetivou-se na cidade do Rio de Janeiro, com a presença de artistas e intelectuais brasileiros. Esse movimento de rua ficou mundialmente conhecido como a “Marcha dos Cem Mil”. Em observância a figura (01) e a (02) nota-se um acréscimo, um transbordamento do povo à rua. O povo em resposta à convocação dos movimentos sociais.

No enunciado – “Abaixo a ditadura = povo no poder” – grafado em letras maiúsculas tem a sua significação simbólica no gesto de querer dizer, fazer dizer, de chamar atenção para o lugar do político na língua, a política no país. A formulação entrecruza sentidos com a imagem sem que

⁴ Disponível em: < http://www.ebc.com.br/sites/_portalebc2014/files/atoms_image/ditadura_0.jpg > Acesso em Agosto de 2016.

ocorra a sobreposição, mas há de certa forma uma imbricação de sentidos que demanda interpretação, nas distintas materialidades discursivas.

A partir de Pêcheux (1997) se compreende que nas práticas de análise de discurso torna-se fulcral determinar o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição. Com isso o autor explica que não se trata de duas fases, mas de “uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível” (p.54). O autor explica que a descrição coloca em jogo múltiplas formas de discurso relatado, o discurso outro no espaço do enunciado. Esse discurso outro, marca na/pela materialidade discursiva o real sócio-histórico (PÊCHEUX, op.cit.).

Podemos dizer, diante de tal acontecimento político (histórico-social), que o gesto de os estudantes irem às ruas institui uma forma de expressar, de dizer de descontentamentos, da posição política e ideológica que atravessa a nação. Há uma posição antagônica entre a posição do Estado e dos movimentos sociais. Sentidos transversos que se mostram nas imagens das fotografias (fig. 01 e 02) e dos *slogans*. Nesse embate do discurso, a materialidade da linguagem não é transparente. Nesse sentido, pode-se dizer, também, que a rua (constitutivamente considerada como espaço público) passou a funcionar como lugar de encontro/manifestação. Uma forma de gritar pela liberdade. Entretanto, deve-se dizer que pela amplitude que tal movimento viria a ganhar, é importante frisar que, tal espaço, dito como público (a rua), torna-se um espaço de uso das manifestações contra o Regime Militar.

Faz-se necessário delimitar que dentre os anos de 64 a 68 era expressamente proibido o ato de manifestar. De modo que o movimento de rua extrapolava as regras, segundo os ditames do regime vigente. Desse modo, pensar discursivamente essa proibição, os sentidos interditados, nos faz

compreender que há, nessa relação, um movimento que fura com o sentido do político da posição do governo: o silenciamento.

Silenciar e oprimir. A ausência de democracia e a opressão constituem a tomada das ruas. De um lado, o cerceamento. Por outro, os movimentos sociais, o direito de protestar, a mobilização da população frente à conjuntura política, o questionamento, mudanças. Uma tentativa de opor e fazer resistência ao modelo de governo dos militares. Quando fazemos menção a essa tentativa de silenciamento de uma nação, tomamos como base o que afirma Orlandi (2007) Segundo a autora, “o silêncio é constituído de três maneiras distintas: o silêncio fundador, o silêncio constitutivo e o silêncio local”-(p. 24). O silêncio, nessa perspectiva, não é pensado, pela autora (idem), como falta; pelo contrário, o silêncio é pensado como linguagem, como o excesso. Visto, discursivamente, nessa perspectiva, o silêncio, não fala, ele significa, ele é. Isso porque a palavra aparece como movimento em torno do silêncio, produzindo múltiplos sentidos. Dito de outra maneira, podemos dizer que não é preciso palavras para significar. O silêncio é constitutivo e passível de significação.

Nessa perspectiva, pensamos as condições de produção do discurso de rua em face ao período do Regime Militar. Há modos de significação do sujeito, de silenciamento e de afugentamento das posições políticas e ideológicas que são próprias do cidadão em seu exercício de cidadania. Ou seja, o sujeito coibido em seu direito de significar em meio aos acontecimentos políticos, não se significa. A nosso ver, o fato de linguagem quanto mais se discute haverá possibilidades de solucionar certos problemas⁵.

O silêncio, forma determinante, no período do Regime Militar, era imposto no sentido de não dizer, de se manter calado, a censura. Essa necessidade de tal imposição à sociedade, pela exigência, (cobrança), autoritarismo de fazer calar.



Fonte: Revista Fórum⁶ (fig.03)

O fato de sair às ruas para protestar com cartazes com dizeres (fig.03) “fim as prisões torturas e assassinatos” inscreve, de certo modo, ao fio do discurso a formação ideológica e política do país com a existência das prisões, torturas e assassinatos. Sair às ruas para reivindicar torna-se um ato de coragem, de enfrentamento, pois os militares agiam com truculência, agressões, gás, como mostra a imagem (fig.03)

⁵ Daí, o silêncio ser uma maneira efetiva de não se dizer, mas de se significar.

⁶ Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/ativismodesofa/wp-content/uploads/2016/04/1968-04.png-1132 x 670. jpeg> > - Acesso em Agosto de 2016.

aos integrantes dos movimentos sociais de rua. Há uma ordem instituída pelo governo e o protesto era um modo de corromper a ordem existente.

Assim, proibir a manifestação tornava-se uma forma mecanicista de interdição da palavra, de denegar o sujeito de direito. O Estado em uma posição de opressão. Conforme Althusser (1985), “o papel do Aparelho repressor do Estado consistia essencialmente em proporcionar as condições políticas de reprodução das condições de produção; ele contribuiria também para se reproduzir e para garantir através da repressão, as condições de exercício dos Aparelhos Ideológicos” (p. 30).

Interessante notarmos que no período em que o Brasil foi governado pelos militares, em que os atos de coerção eram de repressão, tal como afirma Althusser (idem), algumas entidades/instituições eram responsáveis pela formação social do indivíduo, como uma forma de ensinamento de um modo de produção, com vistas a garantir a reprodução dos modos de produção da conjuntura política, da época. Em relação às repressões, os militares representavam o papel do Estado, investidos de um poder repressor para garantir, imaginariamente, permanência de uma ordem socialmente (im)posta.

Em outras palavras, a posição ideológica dominante nas instituições, funcionavam como meio para moldar a sociedade, dar regularidade, a fim de que vozes descontentes não ecoem diante das imposições. Dessa maneira, as categorias díspares dominador e/ou dominado sempre gerou insatisfação de grupos da sociedade, pois a luta política gira em torno do Estado e do poder que a ele é assegurado.

Nesse contexto político, conforme Althusser (1985), o Estado é, antes de qualquer coisa, o aparelho ideológico. Por este termo compreende-se não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política, os tribunais e as prisões, mas também (e, sobretudo) o exército, que intervém de forma direta como força repressiva de apoio em última instância quando a polícia e seus

órgãos auxiliares são “ultrapassados pelos acontecimentos”; e, acima deste conjunto, o chefe de Estado, o Governo e a Administração. (ALTHUSSER, 1985).

Nota-se o poder (controle) que o Estado exercia durante o período militar. A luta política das classes gira, conseqüentemente, em torno do Estado, em torno da posse, isto é, da tomada e manutenção do poder por certa classe ou por uma aliança de classes ou frações de classes (idem, p.85). Esse poder do Estado é desejado por muitos partidos políticos, mas o detentor do poder do Estado era o governo, que agia abarcado pela política do Estado. Um modo de silenciar os opositores, a fim de que apenas a posição política e ideológica do governo dos militares edificasse, consistindo, assim, no apagamento do sujeito de direito diante da ordem histórico-político, que se incidia sobre um único ponto de vista.

A política do silêncio foi uma das ações tomadas pelos militares, a fim de coibir, de não deixar os movimentos sociais dizer ou participar das decisões que os envolviam diretamente. Os movimentos sociais também se colocavam no lugar da resistência; Orlandi (2012), em seu artigo - Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito - afirma que “[...] nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestigios para compreender os pontos de resistência” (p. 213). Dessa forma, é na individualização do sujeito pelo Estado que a autora observa pontos de resistência, pois algo falha nesse processo e “a falha é o lugar do possível” (idem, p. 230). É na falha que se abre espaço para a ruptura e se há a “condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, ‘fazendo sentido do interior do não sentido” (idem, p. 231).

Daí, podemos dizer – parafraseando Orlandi (2007) – que há um silêncio que atravessa a palavra e indica que o sentido sempre pode ser outro.

É o não dito necessariamente excluído, quando se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de outra formação discursiva, outra região de sentidos, que talvez não interesse dentro do que se convencionou fazer circular nos meios de comunicação da chamada grande mídia. Pode-se dizer que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis, com uma contradição implícita nas próprias palavras. Mas, nesta política do silêncio, que é a censura, há uma interdição do dizer, assim como na censura – embora se refira a um campo estritamente discursivo. (ORLANDI, 2007, p. 20).

A partir do que afirma Orlandi (op. cit.), compreendemos o modo como o silêncio funciona, apaga outros sentidos, outra formação discursiva, regiões de sentidos que se quer evitar. Neste caso, a censura (interdição do dizer) apaga sentidos outros que não se deva dizer, porém significa, inscreve - o período militar - acontecimento sócio histórico, da nação. Isso remete ao modo como a questão política se efetivava no país e às inúmeras formas de resistência de indivíduos de manifestação de descontentamento com o governo militar e a imposição política que convergia a repressão, certos silenciamento.

A censura é um processo que não trabalha apenas a divisão entre dizer e não dizer, mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade, de se significar e elaborar a sua historicidade. Conforme o dicionário, o verbete censura – significa a aprovação ou desaprovação prévia de circulação de informação, visando à proteção dos interesses de um estado ou grupo de poder. (HOUAISS, 2001, p?).

O termo censura, tomado no âmbito do discurso, enquanto palavra em movimento, é entendida diferentemente do que postula no dicionário. Ou seja, é compreendida em seu funcionamento discursivo como “o processo pelo qual se procura a interdição, não deixar o sentido ser elaborado historicamente para não adquirir força identitária, realidade social etc.” (ORLANDI,

2007, p. 168). Dito isso, compreendemos que a censura é um processo que impede, tolhe a elaboração sócio histórica e política do sentido e a aquisição da força identitária. Há um jogo de relações de sentidos que tem a ver com a questão da subjetividade, isto é, o modo do sujeito se significar; a tentativa de censura/impedimento barra os sentidos. Só se pode pensar o sujeito, nessa distinta condição de produção, em sua relação com o silêncio, uma vez que a censura constitui um simulacro que opacifica, omite, impede que o sujeito se signifique e exerça sua força desorganizadora da ideologia dominante.

Diante da conjuntura política, do Regime Militar, há que se pensar, também, outro movimento político tomado por muitos intelectuais na época. O caminho que muitos destes tomaram foi o exílio⁷. Não se trata de uma questão opcional, mas uma maneira de, também demonstrar suas insatisfações, de produzir um furo no ditatorial, de desorganizar e poder dizer, significar. Assim, entre outras formas, o exílio funcionou como uma maneira de resistir e, ao mesmo tempo, “denunciar” os acontecimentos, uma vez que, estando em outro país, o cidadão poderia escrever sua autobiografia, relatar os modos de interpelação, de silenciamento vigente de seu país.

Manifestações sociais: a relação entre público e privado

Pensar a rua como espaço de manifestação, permite também pensarmos o consenso, os interesses comuns. Esses atos comumente urbanos visam o coração da cidade, cujo local seja de grande visibilidade, a praça central, ou outro espaço público, amplamente movimentado. Estes locais são compreendidos como propícios às manifestações.

⁷ Os intelectuais deixavam seu país e iam buscar abrigo em terras distantes. Lá, demonstravam suas aversões.

No período do Regime Militar, as manifestações eram expressamente proibidas. Esse gesto de coibir faz pensar o lugar da contradição na relação entre o público e o privado. Entendemos que o espaço público é aquele de uso comum e posse de todos. Pressupõe-se que nestes locais são desenvolvidas as atividades coletivas, como o convívio de diversos grupos da sociedade urbana. No entanto, essa relação não é linear, visto que existem (pelo menos) dois tipos de espaços públicos: Os espaços públicos livres (em que é pleno o direito de ir e vir) definidos de circulação (ruas e avenidas), espaços de lazer e conservação (praças, praias e parques). Existem, ainda, os espaços públicos com restrição ao acesso e à circulação. Nestes, a presença é controlada e restrita a determinadas pessoas, como os edifícios públicos (Prefeituras, Fóruns, residências oficiais de governantes), instituições de ensino, hospitais, entre outros.

Por outro lado, espaços privados são de propriedade particular (pessoas ou empresas), ou seja, casas, lojas comerciais, escolas particulares, Shopping Centers, etc. Neste caso, os responsáveis pela manutenção e preservação locais são os proprietários. Há de se perceber, ainda, uma relação de oposição quando se pensa os investimentos nestes espaços. Grosso modo, os espaços públicos são geridos pelo Estado, em que há uma demanda de investimentos, porém em longo prazo. Por outro lado, os espaços privados, por serem geridos por particulares possuem investimentos em curto prazo.

Não pretendemos, aqui, generalizar e/ou reduzir tais categorias, mas dizer que há uma porosa relação entre estes (público e privado) quando pensamos a questão dos investimentos, da preservação, etc.

A relação entre espaços que fizemos (no parágrafo, acima) é importante para compreendermos que, durante o período do

Regime Militar, os manifestantes eram tidos como arruaceiros baderneiros, sobretudo, pelo lugar em que os discursos, passeatas aconteciam: a rua. Assim, várias outras designações eram atravessadas de efeitos ideológicos.

A ideologia, conforme Pêcheux (1995)

“... fornece evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascarem, assim, sob a “transparência da linguagem” aquilo que chamamos de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. A ideologia não são ideias, mas prática, desta forma ela está condicionada à prática. Ela produz o efeito de evidência, sendo esta um efeito ideológico”. (1995, p.132)

A ideia de que as manifestações de rua são sempre associadas à esquerda política provém, a nosso ver, desses pressupostos de que se vai à rua pela luta de direitos e que, conseqüentemente, se inscreve em uma posição x. Assim, defendemos neste trabalho que as ruas eram ocupadas e tornavam por um período como grande palco de debate de ações do interesse dos movimentos sociais, em especial os movimentos estudantis.

Os movimentos, nas grandes cidades brasileiras, estão sempre presentes em manifestações em ruas, avenidas e praças centrais das grandes cidades.

Dir-se-á que uma manifestação é um deslocamento coletivo organizado sobre a via pública com fins de produzir um efeito político pela expressão pacífica de uma opinião ou de uma reivindicação. Assim caracterizado, a manifestação se distingue do ajuntamento, que é estático (a manifestação implica um desfile de um ponto a outro), da procissão que tem fins religiosos, do tumulto no sentido corrente que não é, ele, organizado, do motim que se utiliza do espaço público urbano como de um campo de batalha e não como simples lugar de passagem da passeata manifestante (FAVRE, 1990, p.15).

Dessa maneira, o protesto configura-se em sair às ruas e isso ganha maior visibilidade, o que passa a fortalecer uma causa, que quase

sempre é motivada pelos interesses dos menos favorecidos, que buscam a dimensão da cidade e do espaço público para ecoarem gritos e palavras de ordem para que suas ideias não estacionem em um imaginário, mas ganhem sentido e visibilidade, conquistas.

Nos movimentos sociais, as distintas posições-sujeito, sempre reivindicam o reconhecimento enquanto sujeito de direito que fazem parte da história. Não nos referimos à história cronológica, mas a história que é constitutiva do sujeito, essa que possibilita intervir no real, de historicizar.

Dessa forma, os atos simbólicos significam um alargamento das questões políticas e sociais o que converge dos dizeres de rua a projeção imaginária de um país democrático. As formações imaginárias de um país de todos. As formações imaginárias, conforme Orlandi (2002), sempre resultam de processos discursivos anteriores, manifestam-se no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. No processo da antecipação, aquele que diz projeta uma representação imaginária do interlocutor e, a partir destas, estabelece suas estratégias discursivas. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos do discurso (ORLANDI, op.cit.). Em toda língua há regras de projeção que permitem o sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. Teoricamente, as posições significam em relação ao contexto sócio histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). Esse modo de pensar o sujeito, a sua inscrição, posição no discurso, permite compreender a importância das condições em que o discurso se produz e, necessariamente, o processo de significação.

Podemos dizer que, pelos movimentos sociais de rua, há uma projeção imaginária de um Estado democrático. De modo que o barulho da coletividade por certo se tornava um incômodo ao

governo que agia conforme os ditames do Regime Militar. Dessa maneira, as manifestações eram combatidas a rigor e de fato não eram toleradas. As interdições dos direitos já era fato comum, a liberdade de manifestação pública já não existia mais e, por conseguinte, a democracia encontrava-se cerceada. Assim, no conjunto, as ações desses movimentos não desprezam o espaço público; ao contrário, fazem dele um lugar para expressar suas lutas.

Richard Sennett (1989) analisando, historicamente, a palavra público, mostra que, por volta dos séculos XVII/XVIII, na Inglaterra e na França, aparece a oposição entre público e privado. Antes, significando o bem comum ou o corpo político, a palavra “público” foi se tornando algo que diz respeito à sociabilidade. Público significa aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto privado significa uma interdição, uma espécie de uma região protegida do outro, definida ao circuito de família e amigos. Assim, por exemplo, a expressão “sair em público”. Ou seja, o privado não é o público. Cada qual com a sua regularidade, significância. Historicamente, o domínio público passa a incluir também uma diversidade relativamente grande de pessoas: na região pública, grupos sociais complexos e distintos. Tem-se, assim, um desenho outro de espaços de edificação de enormes parques urbanos, de cafés e de ruas com fins de passeio público (HORTA, 2001).

Nesse liame, as manifestações fazem parte da modernidade da cidade e funcionam como uma vontade coletiva de dizer, de significar um país melhor. Nessa perspectiva, pensar a cidade pelas manifestações, nos faz refletir sobre a quantidade de pessoas, objetivos comuns (ou não), que habitam e dividem o mesmo espaço. Isso nos faz compreender, sobretudo, as alterações que se dão na natureza e ordem social. São essas questões, que dizem da relação sujeito/cidade, um dos motivos para analisarmos as manifestações que acontecem

nas cidades, ações individuais, linguagem, discursos, ações coletivas. Assim, ao pensarmos a cidade temos que pensar uma infinidade de processos de produção de sentido que se interligam. Em outras palavras, a cidade nunca é pensada isoladamente; ela é constitutiva e faz parte do sujeito e este dela (ORLANDI, 2004).

Ao trazermos como materialidade discursiva as manifestações no período ditatorial, percebemos que estas surgem a partir de um descontentamento coletivo. Nessa perspectiva, pensamos a manifestação como um ato simbólico de expor ao olhar do público, o transeunte sobre o que é predizer.

Pensar, discursivamente, a questão do sair às ruas nos movimentos sociais é, antes de tudo, algo significativo. É preciso pensar no como isso significa; como esse gesto se configura no atual contexto político do Regime Militar. Na presente configuração, o gesto de sair às ruas, significa protestar, ou seja, há objetivos comuns. A rua, portanto, significa um palco de defesa dos direitos e luta por um sistema posto e que, por sua vez, incomoda as pessoas. Nesse sentido, compreende-se que sair às ruas é um gesto político, pois o sujeito é um ser político, que representa uma voz coletiva. E a busca/luta por tais direitos materializa-se no ato de marchar, mostrar à sociedade a presente insatisfação pela materialidade do discurso, da linguagem em seu funcionamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FAVRE, P. **Manifester en France aujourd'hui**. In: FAVRE, Pierre (Org). *La Manifestation*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Língua**

Portuguesa. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva, 2001.

NUNES, J. H. **O espaço urbano: a “rua” e o sentido público**. In: ORLANDI, Eni. *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 4ª edição, 2002.

_____. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 6ª edição, 2007.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Interpretação: Autoria, Leitura e Efeito do Trabalho Simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 6ª edição, 2012.

ROLNIK, R. **O que é Cidade?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1989.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 2ª edição, 1995.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi 2ª edição, Campinas, SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. e C. FUCHS. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, F. e T. HAK (Org.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. Campinas: UNICAMP, 1997.

Submissão: dezembro de 2019.

Aceite: janeiro de 2020.